

Lei Gana sobre Ação Afirmativa (Equidade de Género), 2024 (Lei 1121) — Quotas de Representação Obrigatórias nos Setores Público e Privado

Gender Equality · Good practice · Gana

Pontuação de qualidade: 52/100

Força da evidência: Moderada

Sumário

Aprovada por unanimidade pelo Parlamento do Gana a 30 de julho de 2024 e promulgada a 11 de setembro de 2024, a Lei 1121 impõe um mínimo de 30% de representação feminina em todos os órgãos de decisão até 2026, aumentando para 50% até 2034, abrangendo instituições públicas, partidos políticos e o setor privado. No início de 2025, as mulheres representavam 23,21% das nomeações governamentais (confirmado no Discurso do Estado da Nação); um Comité de Equidade de Género foi criado em julho de 2025. Marco histórico: a primeira lei deste tipo na África Ocidental, aprovada após mais de 30 anos de advocacia.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Transferability / replicability	2/3
Impact on gender equality	0/1
Effectiveness	0/1
Efficiency	0/1
Evaluated outcomes	0/1
Sustainability	1/1
Achievement / evidence	1/1
Gender-mainstreaming embedding	1/1
Curator validation	1/1

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

[C-NAPSE web research](#) — acedido a 2026-06-23

[Parliament of Ghana / Ministry of Gender, Children and Social Protection](#) — acedido a 2026-06-23

[Ghana Ministry of Information – Affirmative Action Act 2024](#) — acedido a 2026-06-23

[The Conversation – Victory for women's rights in Ghana: what must happen next](#) — acedido a 2026-06-23

[GBC Ghana Online – Ghana's Gender Equity Agenda 2026](#) — acedido a 2026-06-23

Citar — Evidoria. *Lei Gana sobre Ação Afirmativa (Equidade de Género), 2024 (Lei 1121) — Quotas de Representação Obrigatórias nos Setores Público e Privado*. ID persistente: daa31409-1388-43d5-a663-5ce010e71d55.